

Acolhimento em situações de emergência: a experiência de Rio Branco/AC com abrigos

Rio Branco/AC
Prefeito Sebastião Bocalom



Rio Branco/AC desenvolveu um **modelo inovador de abrigos humanizados** para acolher famílias afetadas por enchentes frequentes, especialmente as provocadas pelo transbordamento do rio Acre. A nova política foi implantada em 2021 e buscou superar as falhas do modelo tradicional, oferecendo mais **dignidade, conforto e segurança** para as pessoas desalojadas.

Os abrigos passaram a contar com **divisórias** para separar núcleos familiares, **espaços adaptados** para pessoas com deficiência, **ventilação** cruzada, refeitórios com **refeições servidas em pratos de louça**, estrutura de saúde no formato de **hospital de campanha**, **atendimento odontológico** e até **áreas específicas para animais de estimação**. Em 2025, o município também acolheu **povos indígenas com adaptações culturais**, como uso de redes e banheiros diferenciados.

A política teve como base a mobilização de **recursos já existentes**, **integração entre secretarias** e uso de **materiais mais resistentes**, o que elevou custos, mas garantiu durabilidade. Entre os desafios enfrentados estão a redução da capacidade de ocupação, a ausência de acompanhamento psicológico contínuo e dificuldades logísticas decorrentes da imprevisibilidade das cheias. Mesmo assim, o modelo se tornou **referência nacional em abrigamento humanizado** e foi replicado em outras cidades. A proposta ainda precisa ser institucionalizada como política pública permanente.

Órgão/Instituição responsável: Defesa Civil

Órgãos/Instituições parceiras: Ministério Público, Defensoria Pública

Contexto

Rio Branco é a **capital do estado do Acre**, localizado na **região Norte** do Brasil. Com uma população de **364.756** habitantes em uma área de **8.834,831 km²**, o município apresenta grande extensão e baixa densidade demográfica, com apenas 41,8 habitantes por quilômetro quadrado.

Sua formação teve início por volta de 1900, às margens do rio Acre, favorecida pelo transporte hidroviário. No entanto, o crescimento da cidade ocorreu de forma desordenada, especialmente impulsionado pelo ciclo da borracha. Esse processo resultou na ocupação de áreas de várzea¹ e fundos de vale por populações em situação de vulnerabilidade, em regiões sem infraestrutura adequada de drenagem urbana. O relevo predominantemente plano e de baixa declividade dificulta o escoamento das águas pluviais, agravando o risco de alagamentos.

O cenário torna-se ainda mais complexo devido ao **clima úmido típico da Amazônia**, com elevados índices pluviométricos ao longo do ano, e à intensificação de fenômenos meteorológicos extremos, como El Niño e La Niña², que têm contribuído para a sobrecarga e o transbordamento dos rios. O rio Acre, por exemplo, atinge sua cota de transbordamento ao chegar aos 14 metros. Outros rios da região, como o Juruá e o Purus, também costumam extravasar, afetando diretamente diversas comunidades.



¹ Áreas de várzea são regiões baixas e planas próximas a cursos d'água, sujeitas a inundações periódicas, especialmente durante o período chuvoso.

² El Niño e La Niña são fenômenos climáticos que alteram o padrão de circulação atmosférica e afetam o regime de chuvas na região amazônica, podendo causar estiagens ou inundações intensas.

Boas Práticas



COMISSÃO PERMANENTE DA FNP DE
**Adaptação Urbana
e Prevenção de
Desastres (CASD)**

Em 2025, dados da Defesa Civil apontaram que a cheia do rio Acre atingiu ao menos 43 bairros, impactando mais de 4 mil moradores. Foram registradas cerca de 652 famílias desalojadas e 208 desabrigadas na zona urbana, além de milhares de pessoas afetadas na zona rural. A situação exigiu uma resposta rápida e coordenada do poder público, com a mobilização de abrigos e serviços de assistência social, considerando que muitas famílias perdem documentos, sofrem prejuízos econômicos e enfrentam situações de vulnerabilidade acentuada nesta situação

Diante da **recorrência das enchentes e da constatação de falhas nos modelos tradicionais de abrigamento** (como o uso de lonas pretas, a ausência de separação por núcleos familiares, a proibição de entrada de animais de estimação e a precariedade das instalações), o município adotou uma **nova política** voltada à construção de **abrigos mais humanizados**.

O objetivo principal é **acolher a população desalojada de forma mais digna e humanizada, minimizando os impactos psicológicos e sociais** provocados pela situação de emergência e reduzindo a resistência em relação aos abrigos.





Mecanismos de implementação

Em Rio Branco, a política de construção de abrigos mais humanizados iniciou em **2021**, no contexto da pandemia de Covid-19, marcando o começo de uma nova gestão preocupada com a qualidade da resposta emergencial e os impactos psicológicos sobre a população afetada. A constatação de que os abrigos tradicionais não contribuíam para o bem-estar dos acolhidos e, muitas vezes, ocasionavam condições vulneráveis (como casos de assédio), impulsionou uma reformulação profunda no modelo adotado pelo município.

Uma das primeiras mudanças implementadas foi a reorganização do *layout* dos abrigos, com a criação de divisórias que permitissem a **separação por núcleos familiares e perfis específicos**. Buscou-se garantir, por exemplo, que casais e filhos pudessem permanecer juntos, sem perder a privacidade. Pessoas com deficiência e indivíduos autistas passaram a ser alocadas em espaços distintos, mais silenciosos e adequados às suas necessidades, considerando a sensibilidade a estímulos visuais e auditivos. O novo modelo também previu **melhorias estruturais**, como a instalação de assoalho elevado, ventilação cruzada, pontos de energia distribuídos para evitar sobrecargas e divisórias com lonas coloridas (azul e laranja) para facilitar a organização dos espaços.

Além das melhorias no conforto físico, o município investiu na **qualificação dos serviços** oferecidos. Os abrigos passaram a contar com **praça de alimentação** em formato de restaurante, onde as refeições são servidas em pratos de louça, **eliminando o uso de marmitas** preparadas com antecedência. O **número de refeições diárias foi ampliado** de três para quatro. Em termos de saúde, foi montada uma estrutura semelhante à de um **hospital de campanha**, com posto de saúde completo, **atendimento médico e odontológico**, enfermaria e até sala de cinema, proporcionando acolhimento integral às pessoas abrigadas. Equipes da Defensoria Pública também foram mobilizadas para viabilizar a **retirada de documentos perdidos** durante as enchentes.

O **cuidado com os animais** também foi incorporado à estratégia: abrigos específicos foram construídos para acolher pets, respeitando distâncias adequadas em relação aos abrigos humanos. No entanto, a adoção desse novo modelo **reduziu a capacidade de ocupação** dos espaços. Por exemplo, áreas que antes comportavam 200 pessoas passaram a abrigar, com o novo padrão de 18 m² por unidade, apenas 80.

Outra iniciativa destacada foi a criação do "guarda-roupa social", articulado pela vice-governadora em 2024. Por meio dessa ação, **roupas apreendidas pela Receita Federal são redistribuídas** à população em situação de emergência, agregando dignidade ao processo de acolhimento.

Em 2025, houve também a necessidade de o município acolher **povos indígenas**, o que exigiu **adaptações específicas em função de suas práticas culturais**. Nesse contexto, os abrigos foram organizados em ambientes separados dos demais, com ajustes que respeitassem as tradições desses grupos. A alimentação foi diferenciada, de acordo com seus hábitos alimentares, e os sanitários foram

Boas Práticas



COMISSÃO PERMANENTE DA FNP DE
**Adaptação Urbana
e Prevenção de
Desastres (CASD)**

instalados em estruturas específicas: em vez de banheiros convencionais, foram utilizados sistemas com caixa d'água e vasos adequados ao modo de uso das comunidades. Da mesma forma, os leitos não podiam ser compostos por colchões, sendo substituídos por redes, conforme a preferência dos povos originários.

A atuação da sociedade civil organizada também foi relevante, ainda que de forma não sistemática. Diversos **serviços oferecidos por voluntários**, como cortes de cabelo ou apoio espiritual, foram recebidos e organizados localmente, de acordo com a disponibilidade dos parceiros, mas sem uma estrutura de integração formal com a política pública.

O acesso aos abrigos é gerenciado pela Defesa Civil estadual, cuja gestão é regulamentada por legislação local que determina que apenas oficiais de patente superior do Corpo de Bombeiros ou da Polícia Militar podem ocupar cargos de coordenação. Essa estrutura, segundo a gestão, visa garantir **conhecimento técnico** e **articulação com o sistema estratégico de segurança** do estado.

Em casos de necessidade de abrigo, a população é orientada a não se deslocar por conta própria, devendo acionar o número 193 para que a ocorrência seja formalmente registrada e a retirada realizada de maneira segura pelas equipes oficiais.



Nós estamos falando de pessoas, somos pessoas vulneráveis, pessoas que necessitam de abrigo, pessoas que necessitam de cuidados. Então, não é pelas dificuldades que nós temos que a gente tem que abandonar.”

Cel. Cláudio Falcão

Coordenador da Defesa Civil de Rio Branco



Articulações e recursos mobilizados pela iniciativa

A gestão de abrigos em Rio Branco também tem se pautado pela mobilização de todos os recursos disponíveis nas secretarias municipais, com o objetivo de garantir eficiência e redução de custos.

Entretanto, a aquisição de materiais específicos para a construção dos abrigos representa um investimento elevado. Por exemplo, foi necessário utilizar lonas mais resistentes — semelhantes às utilizadas por caminhoneiros — para assegurar durabilidade e segurança, uma vez que modelos mais frágeis poderiam se danificar com facilidade. Além disso, a escolha por cores específicas, evitando tons escuros como o preto, também elevou os custos do material. O mesmo ocorreu com os materiais estruturais, como compensados e madeirites utilizados para armações internas, o que contribuiu para o aumento dos custos totais de montagem.

Para minimizar os gastos, a prefeitura tem aproveitado estruturas e equipamentos já disponíveis. Vans odontológicas, ônibus de coleta de sangue e profissionais da própria rede municipal de saúde são mobilizados até os abrigos para prestar atendimento. As enfermarias são montadas com recursos próprios, garantindo atendimento básico no local e evitando deslocamentos desnecessários aos serviços de saúde. Esse esforço de reaproveitamento e integração intersetorial tem sido essencial para manter a qualidade do acolhimento, mesmo diante de desafios logísticos e orçamentários.



Custo total:

R\$ 1500 reais/unidade



Servidores envolvidos:

30 e 150



Desafios encontrados

Embora o modelo tenha sido bem-sucedido, também revelou importantes desafios logísticos. Ao adotar unidades de 18 m² com isolamento entre famílias, a capacidade de abrigamento por metro quadrado foi significativamente reduzida. Locais que antes comportavam até 200 pessoas passaram a acolher, no máximo, 80, o que exigiu maior número de instalações físicas, nem sempre compatíveis com a disponibilidade de espaços no município.

Outro desafio é a **ausência de um acompanhamento psicológico sistemático no pós-desastre**. Embora esta demanda seja reconhecida pela gestão, ainda não foi possível estruturar uma resposta contínua para o suporte emocional às famílias afetadas, o que limita os efeitos de longo prazo das ações de acolhimento.

Outro obstáculo identificado envolve a **atuação descoordenada de algumas organizações da sociedade civil**. Em situações recentes, ONGs que recolhiam animais de rua passaram a levá-los para dentro dos abrigos, o que gerou conflitos com os protocolos estabelecidos pela Defesa Civil, que determinam que apenas animais de estimação pertencentes às famílias abrigadas podem permanecer nesses espaços. A medida visa garantir o controle sanitário e a segurança para todos os acolhidos.

Além disso, há um desafio estrutural relacionado à **continuidade do atendimento**. Após o encerramento formal da operação de resposta, os diferentes órgãos envolvidos geralmente se dispersam, sem que haja uma coordenação de ações no período posterior. A falta de acompanhamento integrado nesse momento de transição afeta a capacidade de garantir um retorno seguro e digno às famílias.

A própria **dinâmica das cheias tem imposto novos desafios**. O plano de contingência de Rio Branco se baseia em cotas progressivas do nível do Rio Acre: a partir dos 10 metros, medidas de preparação são acionadas; aos 12 metros, inicia-se a construção de abrigos; e aos 14 metros, entra-se na faixa de transbordamento. No entanto, eventos recentes demonstram que esses marcos podem ser ultrapassados de forma abrupta. Em 2023, por exemplo, o rio passou de 8 para 16 metros em apenas 24 horas, inviabilizando a aplicação das etapas intermediárias previstas no plano. A imprevisibilidade da natureza exige, portanto, uma **capacidade de resposta ainda mais ágil e flexível**.

Outro desafio recorrente é a **resistência por parte de alguns gestores públicos em compreender a gravidade de uma situação de emergência**. A dificuldade em obter uma mobilização plena da administração municipal no momento da crise compromete a eficácia da resposta. Como enfatiza a equipe local, a emergência não espera: é preciso interromper rotinas e priorizar o atendimento imediato à população.

Também é comum a **resistência da própria população em deixar suas residências, mesmo diante de alertas claros de risco**. Há um senso comum enraizado de que “a água não vai subir tanto”, o que atrasa as retiradas e dificulta o trabalho das equipes. Por fim, outro ponto crítico ocorre na fase de

Boas Práticas



COMISSÃO PERMANENTE DA FNP DE
Adaptação Urbana
e Prevenção de
Desastres (CASD)

desmobilização: frequentemente, **algumas famílias não querem deixar os abrigos**. A oferta de refeições regulares, espaços de lazer, cuidado com as crianças e segurança cria um ambiente de acolhimento que, em muitos casos, supera as condições precárias das moradias de origem, dificultando o retorno voluntário dessas pessoas.



Resultados

O novo modelo, conforme detalhado acima, permitiu a reorganização do layout, adequando-se às necessidades de diferentes famílias e grupos sociais; a realização de melhorias estruturais permitindo maior conforto físico; e a qualificação e expansão dos serviços de alimentação, saúde, lazer, apoio ao cidadão e cuidado com os animais.

A experiência de Rio Branco na estruturação de abrigos mais humanizados tornou-se uma referência nacional, ao ser incluída no banco de boas práticas da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. O modelo desenvolvido na capital acreana diferencia-se do formato tradicional de abrigamento coletivo utilizado em outras partes do país, tanto pelo *layout* quanto pelas condições de acolhimento oferecidas. A proposta contempla divisórias para garantir privacidade, ventilação adequada, refeitórios com refeições servidas em louça, espaços de saúde completos e protocolos específicos de segurança e bem-estar. A iniciativa foi apresentada em encontros nacionais e internacionais, influenciando práticas em outros territórios, embora ainda não tenha sido formalmente institucionalizada como política pública.

Em termos operacionais, o ápice da aplicação desse modelo ocorreu em 2024, quando mais de 1.020 famílias foram abrigadas, totalizando cerca de 4.100 pessoas — o maior número já registrado pelo município. O contraste com anos anteriores é significativo: em 2022, por exemplo, o número de famílias afetadas foi tão reduzido (em torno de 40) que não justificou a ativação dos abrigos estruturados, diante da complexidade e dos custos envolvidos na montagem.





Replicabilidade

Para que a experiência de Rio Branco possa ser replicada em outros municípios, recomenda-se:

- ◆ **Estruturar a Defesa Civil com recursos humanos e financeiros suficientes** para planejar as ações necessárias diante dos diferentes desafios ao longo do ano;
- ◆ **Organizar os abrigos de forma mais humanizada**, com espaços separados por núcleo familiar, banheiros adaptados e áreas adequadas para o preparo e consumo das refeições em condições dignas, com uso de pratos de louça, mesas e cadeiras;
- ◆ Mobilizar as secretarias municipais para **garantir a oferta de atendimentos médicos, odontológicos e psicossociais** nos abrigos;
- ◆ Desenvolver **protocolos sensíveis à diversidade cultural e territorial**, com possíveis ajustes na alimentação, no mobiliário e na infraestrutura sanitária;
- ◆ Criar **marcos normativos locais e formalizar a experiência como política pública**, a fim de facilitar sua continuidade e disseminação.



Referências

AC24HORAS. *Cheia do Rio Acre atinge 41 bairros e 15 comunidades rurais*. AC24Horas, 15 mar. 2025. Disponível em: <https://ac24horas.com/2025/03/15/cheia-do-rio-acre-atinge-41-bairros-e-15-comunidades-rurais/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CNN BRASIL. *Após seca histórica, Rio Acre transborda e deixa famílias desalojadas*. CNN Brasil, [2025?]. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/norte/ac/apos-seca-historica-rio-acre-transborda-e-deixa-familias-desalojadas/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 18 jun. 2025.

G1 ACRE. *Enchente do Rio Acre impacta mais de 30 mil pessoas em Rio Branco*. G1, Rio Branco, 18 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2025/03/18/enchente-do-rio-acre-impacta-mais-de-30-mil-pessoas-em-rio-branco.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Rio Branco - Panorama*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/rio-branco/panorama>. Acesso em: 18 jun. 2025.



Para saber mais

 (68) 3222-8636

 defesacivil@riobranco.ac.gov.br

Apoio Técnico



WRI BRASIL

Iniciativa



FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITAS
E PREFEITOS

Créditos

Fotografias

Prefeitura de Rio Branco/AC